

EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS, QUALIDADE AMBIENTAL E DE VIDA E A CIDADE DE VÁRZEA PAULISTA-SP: BREVE COMPARAÇÃO DE CONCEITOS¹

Juliana Augusta VERONA²

Helmut TROPMAIR²

Resumo

Entendendo-se que a sociedade humana depende, para o seu bem estar, da consideração não só dos fatores ambientais (físicos, químicos e biológicos), mas também dos parâmetros éticos e sociais, este trabalho procura analisar o significado da qualidade ambiental e da qualidade de vida sob o ponto de vista geográfico; para isso, este artigo realiza uma discussão acerca de todo o movimento que se iniciou desde a década de setenta a fim de discutir os problemas ambientais até a definição de "qualidade ambiental e de vida urbana" e finaliza com algumas considerações referente a cidade de Várzea Paulista-SP.

Palavras-chave: qualidade de vida; qualidade ambiental; questões ambientais.

Abstract

The evolution of environmental questions, environmental and life quality and the city of Várzea Paulista-SP: a brief comparison of concepts

Understanding that human society depends, for its well-being, of a consideration not only of environmental factors (physical, chemical and biological), but also of ethical and social parameters, this work looks for an analysis of the meaning of environmental quality and quality of life under the geographical point of view and of other sciences; for this, this paper makes a discussion of the whole movement that started since the seventies in order to discuss the environmental problems unto the definition of "environmental and urban life qualities", finish with some consideration that contribute to provide us with results referring to the city of Várzea Paulista-SP,

Key words: environmental quality; quality of life; environmental question.

¹ Pesquisa financiada pelo Cnpq

² Pós- Graduação em Geografia/ Unesp/ Rio Claro- juverona@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em todos os lugares as pessoas buscam a melhoria da “qualidade de vida”. Diante de grupos de pessoas que vivem em regiões belíssimas, casas bem planejadas, áreas verdes, infra-estrutura adequada entre outros aspectos, pode-se elencar uma série de questões do que realmente seria a qualidade ambiental e de vida urbana, já que para muitos, o viver em ambientes com estas características ainda não traz boa qualidade de vida. A inserção da cidade de Várzea Paulista nesta análise partiu da observação deste espaço por apresentar características de cidade dormitório, correspondendo a uma concentração demográfica elevadíssima de 2.675 hab/km² (Censo 2000), que se tornou verdadeiro laboratório, comprovando a relação existente entre concentração populacional e infra-estrutura urbana inadequada, que passou a oferecer a seus moradores baixa qualidade ambiental e de vida.

Desta forma, o objetivo deste estudo é abordar idéias que se inserem no cenário das questões ambientais, dando ênfase à qualidade ambiental e qualidade de vida; relacionando-as ao contexto geográfico, finalizando com algumas considerações sobre a cidade Várzea Paulista.

O CENÁRIO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Vem se realizando, nos últimos anos, um debate fundamental em torno de formas de proporcionar maior desenvolvimento urbano nas cidades, minimizando os desequilíbrios e as desigualdades socioeconômicas que se acentuam a cada dia, diminuindo os graus de satisfação das necessidades básicas de seus habitantes e, pode-se acrescentar ainda, as possibilidades de auto-gestão e o melhor desempenho dos organismos e instituições vinculados com a gestão.

A organização espacial da cidade interfere na qualidade de vida da população, revelando que o espaço de uma cidade, frente ao sistema econômico vigente, constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra, este complexo conjunto de usos da terra é, na realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano.

Cada espaço tem importância individualmente (quando tratamos de bairros com pessoas de rendas diferentes, por exemplo), no entanto, só funcionará bem se estiver articulado com o TODO (a cidade); neste caso, destacam-se todos os aspectos que compõem este espaço articulado (pessoas com rendas diferentes, infraestrutura básica, educação, comércio em geral, saúde, transporte...) e que precisam ser organizados sobretudo considerando a qualidade de vida urbana para todos que habitam a cidade

EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Até a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente em 1972, os maiores problemas ambientais eram percebidos pela comunidade internacional como de alcance local. Hoje, reconhece-se que os problemas ambientais se generalizaram, extrapolando grandemente os antigos limites. Com efeito,

eles interagem em escala planetária e geram uma série de problemas sociais (como exemplo da desertificação, da degradação de florestas e edifícios pela chuva ácida, da contaminação tóxica de suprimentos de alimento e água, etc.).

As cidades tornaram-se espaços cada vez mais urbanizados e crescem constantemente, assumindo papel relevante no cenário do meio ambiente global. Torna-se fundamental reconhecer a natureza global dos problemas urbanos e empenhar nossos melhores esforços para tornar as cidades lugares mais dignos para se viver – e mais favoráveis do ponto de vista ambiental.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Neste contexto busca-se compreender melhor o conceito de sustentabilidade ambiental, como evolui a percepção da sociedade sobre os problemas ambientais e os reflexos dessa evolução que se traduzem nos instrumentos de gestão ambiental em diversas esferas da sociedade.

No início da década de setenta, em relação à situação ambiental, o aumento da população mundial, ao lado de vazamentos de petróleo nos oceanos e emissões de dióxido de carbono, constituíam as principais ameaças ao bem-estar do Homem. No início da década de oitenta a percepção dos problemas se amplia, pois além dos antigos problemas, já se discutia efeitos dos gases estufa, poluição dos oceanos, desmatamento, perda da biodiversidade e chuva ácida. No final da mesma década, outra quantidade de fatores de poluição ambiental é entendida como ameaças não apenas ao Homem como ao Planeta. Entre eles destacavam-se: mudança climática global, alteração da camada de ozônio associada aos CFC's, resíduos tóxicos, perda de habitats, poluição das águas superficiais e subterrâneas, disponibilidade de água doce, degradação ambiental dos países em desenvolvimento, marginalização, desperdício de energia, perdas de solo e desertificação.

Os esforços de perceber e entender os problemas ambientais fez com que o Homem também entendesse que é o tipo de relacionamento entre ele e a natureza que determinará os problemas ambientais, sua intensidade e qualidade. Ao se admitir que toda atividade humana, econômica e sócio-cultural toma lugar num contexto bio-físico e que interfere sobre ele, é preciso transformar a qualidade e intensidade dessas relações.

Os avanços relacionados a essa discussão, resultaram na elaboração de vários documentos provenientes das diversas conferências realizadas sobre o termo, os mais atuais são: o "Relatório Nosso Futuro Comum" - 1987 (CMMAD, 1991) que ampliou divulgação da expressão "Desenvolvimento Sustentável"; a "Agenda 21" - 1992 (CONFERÊNCIA..., 1996) a qual analisou os problemas sociais, econômicos e ambientais, desse modo buscando alternativas para atingir a sustentabilidade; a "Agenda Habitat II" (1996) voltada para a discussão sobre assentamentos humanos, associa a esta o meio urbano e a sustentabilidade e o "Relatório de Kioto", o qual debate as mudanças climáticas e a redução de poluentes. Outras duas contribuições importantes foram a elaboração das "Agendas Marrom e Verde", sendo, uma voltada para o saneamento ambiental e a outra para os impactos e preservação da natureza.

Estes documentos foram relevantes para chegar ao conceito de sustentabilidade, apesar deste não se apresentar de maneira estática, tornou-se um eixo para amplas discussões. Atualmente, a sociedade e alguns setores interessados em reduzir seus impactos, principalmente do meio urbano sobre o meio natural, adequam seus próprios conceitos e diretrizes de sustentabilidade, respeitando os princípios elaborados pelas agendas.

Vale destacar que a linha que separa sustentabilidade ambiental de sustentabilidade social e econômica é extremamente tênue, uma vez que a primeira necessita da segunda e vice-versa, no sentido em que os recursos deverão ser usados pelos homens, de maneira a aumentar a equidade e a justiça social, ao mesmo tempo em que reduz a desintegração social. Dessa forma, o capital natural é um elemento comum a sustentabilidade ambiental e econômica, representando para esta, seu maior desafio. Para isso, "a humanidade deve aprender a viver dentro dos limites do meio ambiente físico, como provedor de insumos e receptor de resíduos" (GOODLAND apud CAVALCANTI, 1996).

OS CINCO PARADIGMAS DO GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E NATUREZA

As diferentes etapas dessa progressão acerca do entendimento dos problemas ambientais e de suas causas, correspondem diferentes maneiras de descrever a relação fundamental entre Homem e natureza e que se traduzirão no gerenciamento que é praticado. Colby (1990) identificou cinco momentos que mais se destacam e os associou a cinco paradigmas, correspondentes ao mesmo tempo, a cinco estágios na evolução da percepção e da interação Homem/natureza, há cinco diferentes hipóteses sobre a natureza e atividade humana. Cada uma das etapas tem questionamentos e exigências diferentes, percebe diferentes ameaças e riscos que se colocam como problemas para o desenvolvimento. Como não poderia ser diferente, propõe soluções e estratégias de gerenciamento diversas.

Apesar das diferenças, eles mantêm alguns pontos em comum, pois como é característico de tempo de mudanças, há uma quantidade crescente de aspectos que fluem de um paradigma para outro, principalmente com a evolução de paradigmas mais novos, estes incorporam muito do mais antigo. Não sendo, portanto, espécies separadas, nenhum deles, isoladamente, têm a melhor resposta para cada tipo de problema do desenvolvimento ou do gerenciamento ambiental.

A análise que se segue, tem como referência a formulação de Colby (1990):

1º Paradigma: Economia de fronteira

A natureza é entendida como oferta infinita de recursos físicos a serem usados em benefício dos seres humanos, como receptor infinito dos sub-produtos do desenvolvimento, além de consumidor desses benefícios, na forma de vários tipos de poluição e degradação ecológica. Estabelece assim, um fluxo de recursos da natureza para a economia e outro fluxo de resíduos de volta para o meio ambiente.

Na teoria e na prática, economia e natureza estão separadas, sendo que os processos econômicos de produção e consumo ocorrem dentro de um sistema totalmente fechado, para o qual se supõe que a capacidade da natureza de suprir as necessidades por recursos e serviços seja infinita. Os únicos fatores limitantes são trabalho e capital construído pelo homem, pois todo o resto é contornado pelos avanços tecnológicos com sua infindável capacidade de resolver problemas, principalmente através da substituição, quando a escassez provoca alta de preços.

Foi o paradigma dominante nos países industriais até os anos sessenta, no qual a natureza existe como um instrumental para beneficiar o Homem, sendo por ele

explorada, manipulada e modificada, de toda maneira possível, desde que seja para melhorar a qualidade material de sua vida.

Essa abordagem origina uma forma de gerenciamento da relação entre a atividade humana e a natureza, de orientação unilateral, sem dúvida antropocêntrica, onde o dano, quando era notado, poderia ser facilmente reparado, graças ao desenvolvimento tecnológico que, assim como o progresso e o crescimento econômico, também era infinito.

A debilidade dessa abordagem surgiu da diferença entre vulnerabilidade e dano ecológico entre os ecossistemas tropicais e temperados e as diferenças entre os tipos de problemas ambientais que eles enfrentavam. Até há pouco tempo, apenas a exaustão e os danos ecológicos impostos aos trópicos eram irreversíveis, ao passo em que os problemas ambientais dos países industrializados eram bem diferentes, relacionavam-se mais com a poluição industrial.

2°Paradigma: Ecologia profunda

É considerada a abordagem oposta à anterior, correspondendo mais caracteristicamente a um movimento político, a um sistema ético, de valores fundamentalmente diferentes, reagindo contra as consequências do paradigma dominante. Este deixou para trás aspectos éticos, sociais e espirituais que tentam ser resgatados pela ecologia profunda.

Ao contrário da hierarquia da economia de fronteira, o Homem é colocado numa posição de subordinação à natureza, o que fundamenta o estabelecimento de alguns de seus dogmas básicos: igualdade das espécies, maiores reduções da população humana, autonomia bio-regional (redução da dependência econômica, tecnológica e cultural e comércio apenas entre regiões integradas, com características ecológicas comuns), promoção da diversidade ecológica e cultural, economia orientadas para o não crescimento, fim da dominação da tecnologia, maior uso de sistemas tecnológicos e de gerenciamento de sociedades nativas. Apesar de sua implementação exigir profundas reformas nos sistemas legais, econômicos e sociais, e nas concepções de desenvolvimento, alguns de seus princípios poderão ser aproveitados em futuras concepções de desenvolvimento.

Sua fragilidade está vinculada à sua própria inviabilidade, pois não é possível esperar que o mundo retorne a um estilo de vida tão diferente do atual, além de ser impraticável, para um grande número de pessoas seria indesejável.

3°Paradigma: Proteção Ambiental

No final da década de sessenta, problemas ambientais dos países industrializados, como poluição, destruição de habitats e de espécies, exigiram maior atenção, o que acarretou o enfraquecimento do paradigma dominante até então.

O estudo de impacto ambiental foi institucionalizado, entre a polarização da economia de fronteira e a ecologia profunda, como uma maneira de avaliar os custos e benefícios da poluição ambiental.

O gerenciamento ambiental, que explicitamente buscava a proteção ambiental, tinha como principal objetivo controlar o dano, reparando e estabelecendo limites para as atividades prejudiciais, e melhorar o desenvolvimento e a resistência ecológica. No caso da indústria, as medidas concentravam-se, predominantemente, no final do processo, muito mais do que um tratamento em toda a planta.

Outra estratégia desse paradigma foi a legalização do meio ambiente como uma externalidade econômica, propiciando a adoção dos instrumentos de comando e controle para o estabelecimento de limites sobre a poluição ou outros danos. Todavia, esses limites aceitáveis de poluição, eram determinados pela aceitação e viabilidade econômica a curto prazo, portanto, o que tornava a maioria, arbitrários. Justificava-se que os níveis ecologicamente corretos ainda não eram conhecidos.

Do lado do governo, houve a criação de agências governamentais de proteção ambiental, responsáveis pelo estabelecimento dos limites e os mecanismos de correção quando eles fossem ultrapassados. As agências ainda mantinham alguns aspectos de fragmentação de responsabilidades, com separação de problemas, como no paradigma anterior.

Os resultados dessa abordagem em relação às respostas das empresas, são ainda menos significativos, pois o gerenciamento ambiental é visto como custo adicional, que não tem facilidades de traduzir benefícios ecológicos em termos monetários. Os problemas ambientais ainda não são assimilados como limites reais, principalmente devido ao caráter onipotente da tecnologia, logo, a interação entre a atividade humana e a natureza mantém-se unilateral e antropocêntrica, produzindo crescentes saldos negativos para a natureza.

4°Paradigma: Gerenciamento de Recursos

A principal razão para a superação do paradigma anterior para este, associa-se ao crescimento dos movimentos ecológicos em alguns países em desenvolvimento. Neles, apesar das exigências de sobrevivência, em geral, excederem o interesse pela qualidade ambiental, os efeitos da degradação sobre a saúde dos pobres são muito mais severos e mais sentidos, da mesma forma que são os pobres que sentem mais rigorosamente os efeitos da exaustão de recursos.

Tema básico do relatório Brundtland, esse tipo de abordagem tem como foco central, a incorporação de todo tipo de recursos, biofísico, humano, infra-estrutura e monetário, nos cálculos das contas nacionais, de produtividade, de políticas para o desenvolvimento e planejamento do investimento.

Contrapõe-se diretamente com o paradigma anterior no tratamento de algumas questões: as vinculadas com exaustão de recursos, agora consideradas matéria de preocupação; a poluição passa a ser vista como um recurso negativo, que provoca degradação do capital natural; o clima e os processos de regulação são recursos fundamentais, considerados vitais e, portanto, devem ser gerenciados por essa abordagem; parques e reservas são considerados recursos genéticos e elementos fundamentais como reguladores climáticos.

Permanece, entretanto, a concepção antropocêntrica, de acordo com a qual os recursos devem ser gerenciados para que possam ser usados continuamente.

A concepção antropocêntrica da abordagem em foco, se revela na premissa básica de que ferindo a natureza, o Homem está sendo ferido também. E a ecologia sendo apenas parcialmente absorvida pela economia, que incorporou alguns princípios básicos da ecologia, com o objetivo de manter a estabilidade do sistema de suporte dos ecossistemas, para a manutenção do desenvolvimento sustentável.

5°Paradigma: Ecodesenvolvimento

Tendo evoluído a partir das limitações das anteriores, o ecodesenvolvimento parece ser o paradigma mais adequado ao futuro, pois é o que pressupõe maiores e

mais profundas mudanças no pensamento e na prática do que as exigidas pelos paradigmas da Proteção Ambiental e Gerenciamento de Recursos.

O gerenciamento ambiental é reorientado para a proteção ambiental, não mais num sistema fechado, que foi substituído pelo modelo de economia biofísica, uma economia aberta, termodinamicamente encaixada dentro do ecossistema, parte integrante do fluxo de recursos biofísicos (energia, materiais e os ciclos de processos ecológicos) sai do ecossistema para a economia, e energia degradada (não utilizável) e outros subprodutos (poluição) fluem de volta para o ecossistema.

Um dos principais objetivos desse paradigma é substituir o princípio do poluidor pagador pelo princípio de pagar para prevenir a poluição, por meio da reestruturação da economia, de acordo com os princípios ecológicos de redução da atividade econômica.

O ecodesenvolvimento incorpora preocupações culturais e de equidade social presentes em várias escolas da ecologia profunda, num movimento em direção a sintetizar valores biocêntricos e antropocêntricos, convergindo para o ecocentrismo, numa posição nem acima e nem abaixo da natureza.

A concepção do ecodesenvolvimento, sua teoria de gerenciamento ambiental, de desenvolvimento e meio ambiente fundamenta-se no reconhecimento de que o Homem e a natureza não são separados como supunham a filosofia ocidental e as abordagens governamentais.

A proposta de um modelo alternativo de desenvolvimento, coincide com um período de fluxo intenso, em direção a uma síntese dos cinco paradigmas (Economia de fronteira, Ecologia profunda, Proteção ambiental, Gerenciamento de recursos e Ecodesenvolvimento), ou a outro diferente, que traduza uma nova etapa da evolução e conhecimento do Homem. Dado que os imperativos econômicos e ambientais que se impõem aumentam a cada uma das etapas, ainda hoje é a relação entre meio ambiente e estágios de desenvolvimento diferenciados que constituem o desafio que precisa ser transposto.

É necessário que o próximo paradigma rompa com a resistência às mudanças, provoque o fim da imobilidade política, cultural e comportamental, estimulando as inovações institucionais e a cooperação efetiva entre países industriais e em desenvolvimento, da forma como é exigido para enfrentar os desafios atuais.

O momento atual da relação entre Homem e natureza e de sua percepção, que coincide com as discussões em torno dos meios de se implementar o desenvolvimento sustentável, reflete-se nas propostas de política e nos conceitos e instrumentos de gestão ambiental e desenvolvimento.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

As cidades, dependendo de sua urbanização, têm problemas próprios que demandam prioridades, os quais ao serem solucionados ou minimizados tendem a atingir o desenvolvimento voltado à perspectiva da sustentabilidade. A problemática ambiental urbana requer, entre outras ações, a adoção de uma política de ocupação para o território que abranja estudos sobre a rede de cidades, bacias hidrográficas, uso e ocupação do solo etc.

Ultramari (1998, p.27) alerta para a diferenciação existente entre os conceitos de desenvolvimento sustentável em cidades e de cidades sustentáveis. Para esse autor:

[...] o conceito de Desenvolvimento Sustentável indica um processo a ser seguido, a partir de compromissos ambientais e sociais com as gerações contemporâneas e futuras e o conceito de Cidades Sustentáveis indica uma realidade já determinada, onde se observa um equilíbrio entre o que é produzido e consumido pela cidade, sem quaisquer impactos no montante de recursos ambientais hoje disponíveis.

Segundo o autor, o primeiro conceito que se refere ao desenvolvimento sustentável, permite "concessões" na trajetória de algo a ser atingido, porém, o segundo que trata de cidades sustentáveis, indica uma transformação a ser realizada e concernente à idéia de sustentabilidade.

De acordo com Ultramari (1998), no conceito de desenvolvimento sustentável existe a possibilidade de atender as necessidades humanas geradas na cidade, as quais deverão ser satisfeitas segundo os limites impostos pela sustentabilidade da região ou mesmo do planeta. O que leva a idéia de bio-região, flexibilizando o conceito de sustentabilidade nos espaços urbanos, abordando essa discussão numa escala global. A definição apresentada pelo autor, define bio-região como um conjunto do espaço construído, tratando a cidade como um ecossistema que não se restringe aos limites político-administrativos, ou a sua mancha urbana.

O segundo conceito abordado pelo autor, "cidades sustentáveis", é mais flexível, pois possibilita às cidades compartilhar responsabilidades em direção a sustentabilidade.

Considera-se assim, que o conceito de "cidades sustentáveis" possibilita o planejamento e ações de formas reais, já que aproxima o poder local das verdadeiras necessidades do espaço urbano.

Os autores Jacobi, P; Grostein, M.D. (1998, p.57), definem as cidades sustentáveis como sendo: "A forma de conjugação das questões econômica, social, política e ambiental. Nesse contexto, o ambiente construído das cidades, definido pelos espaços edificados e pelos espaços livres, revela as diferentes opções de desenvolvimento urbano adotadas".

Destaca-se que o aumento da concentração populacional nas áreas urbanas, tem exercido uma grande demanda de infra-estrutura, sendo esta insuficiente ou escassa, agravando os problemas ambientais urbanos e as condições de vida nas cidades.

Para que as cidades se tornem sustentáveis é necessário que os processos de urbanização e as práticas urbanísticas englobem os princípios de sustentabilidade nas diversas dimensões na produção e na gestão do espaço. É preciso incorporar a idéia de limite dos recursos naturais, buscando minimizar a degradação e o desperdício. Para tal é imprescindível viabilizar os canais institucionais, que possibilitem a participação da população em práticas de co-responsabilidade (JACOBI; GROSTEIN, 1998).

Costa (2000) alerta para esta questão ao debater sobre a fragilidade teórica do conceito de Desenvolvimento Sustentável, discute principalmente a forma que este termo vêm sendo utilizado (rótulo de marketing urbano, uma utopia, uma falsa questão ou um novo discurso do planejamento). A autora argumenta através de abordagens recentes, partindo da economia política e incorporando elementos da ecologia política e do pós-estruturalismo.

QUALIDADE AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA

Os habitantes das cidades e entidades governamentais, requerem o conhecimento de sua realidade, ampliá-lo, organizá-lo e articulá-lo, para orientar a transformação de sua realidade para situações mais favoráveis. Portanto, a qualidade de vida é um instrumento organizador, que permite dar respostas a várias interrogações.

Oliveira (1983, p.5-6) retrata a dificuldade em definir estes conceitos refletindo:

Como definir a qualidade ambiental? Esta é uma expressão de uso corrente e de difícil definição. Todos reconhecem que deve haver um mínimo de boa qualidade em um meio ambiente para o ser humano sobreviver. Mas o que é boa qualidade ambiental? Qual é o padrão de qualidade a ser usado para determinar essa boa qualidade? Qual seria o seu mínimo? Quais os critérios a serem empregados para determinar os parâmetros de qualidade ambiental? Uma das dificuldades para responder de maneira satisfatória a essas perguntas é que a qualidade do meio ambiente determina as várias formas e atividades de vida ou, ainda, que a vida determina o meio ambiente. O que ocorre é uma interação profunda e contínua entre ambos, devendo sempre haver um equilíbrio entre a vida e o meio ambiente. É evidente que esse equilíbrio e essa interação variam de escala, em tempo e lugar: há equilíbrios e interações frágeis e intensas, duradouras e efêmeras, presentes e passadas.

Tuan (1978) destaca que poucas expressões de nosso uso cotidiano são de tão difícil definição como a qualidade ambiental e qualidade de vida. Para o autor a vida está ligada ao seu "meio nutridor", das condições físicas, químicas e biológicas que a mantém, ao mesmo tempo em que as necessidades humanas também requerem o "sustentáculo do ambiente humano e social para sobreviver".

Rocha (1991, p.10) ensina que:

Na realidade, o comportamento humano é regido não só por parâmetros éticos e sociais, mas também por fatores ambientais. Ora, em um ambiente urbano que constitui o verdadeiro habitat e 'nicho' do ser humano, obviamente, ele deve (ou deveria ser) o ponto central de referência quando da tomada de qualquer decisão pela autoridade constituída, ou no nível da própria cidadania.

Burton (1968) revela que a qualidade ambiental não deve estar restrita à natureza ou ecossistema, já que é composta por elementos da atividade humana com reflexos diretos na vida do homem.

Mallmann (1982, p.56) destaca que: "La calidad de vida es el producto, para cada persona, de sus estados de salud y satisfacción. Em esta conceptualización, la salud se entiende como bien estar físico, mental y social, y la satisfacción es la discrepancia entre aspiraciones y logros".

Desta maneira se trata de determinar a satisfação das pessoas e das comunidades no seu conjunto, distinguindo as condições objetivas e subjetivas de qualidade de vida.

As palavras de Galloppin (1982, p.63) são: "La calidad de vida es experimental por personas individuales e incluye dos conjuntos básicos de factores: la salud o

las condiciones objetivas em las que vive la persona y la percepción, satisfacción o evaluación subjetiva de la gente acerca de su situación”.

Este autor revela a tendência a Geografia Humanística em um desenvolvimento lógico do descobrimento da dimensão subjetiva, realizada pela Geografia da Percepção.

Gutman (1983, p.7) define qualidade de vida como sendo:

Conjunto mínimo de necesidades humanas universales, materiales y no materiales, cuja satisfacción es al mismo tiempo esencial para la incorporación completa y activa de una persona a su cultura y que presta una mejora directa a través de acciones concertadas, sociales o institucionales.

Troppmair (1995) afirma que: “a sadia ou boa qualidade de vida é definida pelos parâmetros físicos, químicos, biológicos e sociais que permitem o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno da vida”.

Para o autor, os parâmetros físicos, químicos, biológicos são elementos do ambiente que influem, direta e indiretamente, na saúde humana (luminosidade, umidade, temperatura, etc). Já os parâmetros sociais são apresentados pelas pressões que provocam reações positivas ou negativas sobre o comportamento humano.

É importante destacar que os parâmetros para estabelecer a qualidade de vida se são melhores ou piores, não só estão dados pelas condições objetivas definidas através das necessidades básicas, como também e, talvez essencialmente, pela percepção que a comunidade tem do que é bom para ela mesma. Este aspecto está relacionado à cultura e ao nível de conhecimento.

Sen (1996), estudando a qualidade de vida na América Latina, propõe um enfoque em que a qualidade de vida pode ser medida desde o ponto de vista da capacidade que tem uma pessoa descobrir suas próprias necessidades que trazem funcionamentos valiosos como parte da vida. Este novo enfoque se mostra como uma nova alternativa de abordar os estudos sobre qualidade de vida na América Latina. Destaca ainda que a definição dos funcionamentos e capacidades varia em função do desenvolvimento cultural e histórico que possui cada comunidade. Assim cita alguns exemplos de funcionamentos e capacidades que podem ser considerados em estudos de qualidade de vida desde o enfoque sobre as capacidades humanas:

- a) Ter uma boa saúde:
 - Habilidade para viver mais.
 - Habilidade para estar bem nutrido.
 - Capacidade de escapar da morte evitável.
 - Capacidade de escapar da mortalidade prematura.
 - Habilidade para evitar a mortalidade durante a infância.
- b) Capacidade de ler e escrever.
 - Capacidade para beneficiar-se de uma educação escolar de qualidade.
 - Capacidade para incorporar-se a receber educação adicional.
- c) Ter uma vida adequada.
 - Habilidade para possuir um espaço disponível e funcional.
- d) Ter um emprego estável.
 - Habilidade para cobrir gastos inesperados.
 - Habilidade para distribuir seus ingressos de uma maneira proveitosa.

e) Família e integração social.

Habilidade para participar da vida social.

Habilidade para participar das decisões e atividades que influenciam a vida.

Habilidade para participar em atividades políticas.

Habilidade para apresentar queixas.

Para o autor, mediante as análises das capacidades básicas que possuem os indivíduos, é possível identificar os problemas e limites que diminuem a qualidade de vida, a quantidade de encadeamentos de causa - efeito nos eixos sociais que intervem na satisfação de suas necessidades, com a finalidade de responder as interrogações de como? e por quê?. É possível avaliar e confrontar as diferentes variáveis e indicadores analisados, de modo geral, no que se refere ao comportamento que apresentam e definir as ações que devem ser seguidas para minimizar os problemas detectados.

A GEOGRAFIA E A QUALIDADE AMBIENTAL E DE VIDA

A Geografia se apresenta como uma das ciências preocupadas com o estudo da questão ambiental, principalmente os fatores que atingem diretamente a qualidade de vida do homem. Ajara (1993, p.11) salienta:

Ao aproximar a noção de meio ambiente ao próprio conceito de espaço geográfico, estar-se-á não apenas superando as dicotomias, frequentemente postas em análises ambientais, entre ecologia/economia, sociedade/natureza, meio físico-biótico/ organização sócio-econômica, como também atrelando à questão ambiental o dinamismo próprio ao contínuo movimento de criação/ (re) criação de espaços.

Como já se observou anteriormente, definir qualidade ambiental e de vida é extremamente difícil. No entanto, deve-se avaliar tais conceitos quando se trata de setores vitais à manutenção de uma vida digna ao ser humano.

Oliveira (1983) comenta, por exemplo, os critérios de como determinar a qualidade ambiental. Determina o nível "óptimum" ou aceitável de um ambiente; destaca que alguns indicadores normalmente utilizados para se graduar o nível da qualidade do ambiente físico são de difícil utilização para o ambiente social, onde o número de variáveis é muito maior. Alerta que mesmo para os elementos físicos do ambiente, não é tarefa fácil estabelecer padrões de qualidade ambiental. Para a autora a percepção é tratada como um fator imprescindível para se determinar a qualidade ambiental e de vida, ressalta que, apesar das diferenças individuais das pessoas, cada uma possuindo uma visão de mundo própria e particular das coisas que as envolvem, é possível estabelecer determinadas normas e padrões. Segundo a autora, as condições de qualidade ambiental e de vida são muito subjetivas, serão boas ou ruins, de acordo com o tipo e a situação da população em questão, de como essa população percebe as condições ambientais e de vida.

Analisando o tema qualidade de vida, Troppmair (1992) cita a Constituição Federal, em que o artigo 255, em linhas gerais, assegura que todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O autor destaca o que entende por qualidade ambiental e de vida:

O Meio Ambiente, conforme as propriedades dos seus elementos, produz uma qualidade ambiental que pode ser benéfica ou maléfica para nossa vida. Assim, entendo por Saúde ou Boa Qualidade de Vida os parâmetros físicos, químicos, biológicos, psíquicos e sociais que permitam o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno de vida" (TROPMAIR, 1992, introdução, item 2).

Temos então a qualidade ambiental relacionada ao próprio ambiente, a infraestrutura do espaço urbano, aos objetos quantitativos. Já a qualidade de vida está relacionada ao próprio indivíduo, ao seu bem estar, a sua alegria de viver, a sua satisfação. Na verdade, podemos avaliar a qualidade ambiental de determinado espaço urbano, por exemplo, e considerá-lo bom, entretanto, este mesmo espaço pode fornecer dados sobre a qualidade de vida da população que indicam uma má qualidade de vida.

Macedo (1991, pp.14-15) considera que:

A qualidade ambiental de um ecossistema expressa as condições e os requisitos básicos que ele detém, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, (...) Em suma, a qualidade ambiental é o resultado da dinâmica (1) dos mecanismos de adaptação e (2) dos mecanismos de auto-superação dos ecossistemas. Assim, com base na teoria sistêmica da evolução, a qualidade ambiental é o resultado da ação simultânea da necessidade e do acaso. A qualidade de vida, para o modelo, expressa a qualidade ambiental específica ao fator ambiental HOMEM, estabelecendo os requisitos e as condições mínimas que um ecossistema deve oferecer, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, de modo que, na sociedade de que participa, possa realizar as relações ambientais que lhes são inerentes, com vistas à sua manutenção, evolução e auto-superação.

O ESPAÇO URBANO DE VÁRZEA PAULISTA

Área interligada entre o Município de Campinas e a Grande São Paulo daí considerá-la como um lugar de características especiais tanto por se tratar de uma população que trabalha e investe em municípios vizinhos – por isso denominada de "cidade dormitório" -, como por ser uma cidade que se projetou em morros e em vales, estabelecendo diversas áreas que podem ser consideradas como "áreas de riscos" para ocupação deste espaço urbano.

Esse cenário estabelece uma relação entre problemas sócio-econômicos e de ocupação espacial, que acarreta numa qualidade ambiental e de vida que foge ao mínimo necessário para o cidadão viver bem e acima de tudo feliz.

Vale destacar que a área que delimitamos para a distribuição de dados teve como referência a cidade de Várzea Paulista- SP. O Censo de 2000 destacou a ausência de população rural no município, assim consideramos apenas a área edificada, que representa aproximadamente 65% da área total do município. Evidencia-se também, que a cidade de Várzea Paulista não se apresenta de forma verticalizada, o que sugere novos questionamentos sobre a forma que as habitações se encontram, já que o Município apresenta elevadíssima densidade demográfica.

Observando a evolução urbana de Várzea Paulista revelou-se o processo de urbanização acelerado, e sobretudo, a eliminação por completo da população rural em 2000. Estes dados fortaleceram a idéia de extrema concentração populacional quando se observou o Município com 34,6 Km² (Censo,2000) e 65% da área total apresenta-se edificada.

Mazetto (1996) revela que o surgimento e o crescimento das cidades representaram uma nova fase em relação à adaptabilidade ambiental do homem. Num primeiro momento, o meio ambiente urbano poderia ser visto como positivo, já que nele seus habitantes encontrariam proteção, conforto e recursos tecnológicos; no entanto, uma análise mais cuidadosa demonstraria que as cidades (principalmente as grandes cidades) apresentam aspectos negativos quanto à qualidade de vida – poluição, desemprego, falta de infra-estrutura, transporte, etc.

Sobre essa temática Lynch (1977,pp.207-216) apresenta idéias interessantes para reflexão:

Imagine que o crescimento da população e a evolução da tecnologia tenham urbanizado todo o globo terrestre – que uma única cidade cubra toda a superfície utilizável da Terra. A perspectiva é um pesadelo. Instantaneamente a pessoa tem a impressão de estar emaranhada em uma fila interminável de casas, fadada à presença contínua e a pressão de outras pessoas. A cidade seria monótona, impessoal e desconcertante. Seria abstrata, sem contato com a natureza; mesmo as coisas produzidas pelo homem não poderiam ser transformadas. O ar seria pesado, a água escura, as ruas por demais concorridas e perigosas. Anúncios e altofalantes estariam focalizados em todos os transeuntes. Poder-se-ia talvez, conseguir intimidade em casa, mas como se poderia plantar, caçar ou explorar? Onde alguém poderia encontrar uma mata virgem ou iniciar uma revolução? Existiria alguma coisa que pudesse desafiar ou excitar o espírito humano? Não seria esse mundo, inteiramente feito pelo homem, terrivelmente estranho ao próprio homem? Seria com certeza um lugar vulnerável: qualquer variação das condições o devastaria completamente.

É impressionante a descrição acima, pois são situações que já acontecem nas grandes e médias cidades. O que mais chama atenção aqui é o fato de Várzea Paulista se enquadrar em algumas passagens do texto. A cidade Várzea Paulista apresenta indicadores ambientais que comprometem a qualidade de vida da população, mas sobretudo, a densidade demográfica é tão alarmante com cerca de 2.674,95 hab/Km² (Censo 2000) que está acarretando em uma série de eventos que comprometem a sadia qualidade de vida para esta população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS COM BASE NO ESTUDO FEITO NA CIDADE DE VÁRZEA PAULISTA-SP

Quando se trata de qualidade ambiental e de vida não se pode pensar em conclusões definitivas, visto que as questões constantemente se renovam e a temática permanece em aberto. A discussão acerca da evolução dos conhecimentos ambientais, possibilitou o amadurecimento do que seria qualidade ambiental e de vida urbana,

trazendo à tona a necessidade de toda a sociedade, principalmente governantes de utilizarem esses conceitos como ferramenta fundamental no planejamento das cidades.

Essa discussão deve também acontecer, não só, mas principalmente, nas escolas em todos os níveis. Os alunos e professores devem se preocupar também com o meio ambiente imediato, ou seja, o ambiente urbano, com o objetivo de informar e de despertar um espírito de responsabilidade comunitário e uma resistência aos projetos de diminuição da qualidade ambiental e de vida urbana.

Na pesquisa, procurou-se avaliar a qualidade ambiental e de vida da cidade de Várzea Paulista a partir de uma análise quanti-qualitativa, que envolveu o uso de dados secundários, utilizados para caracterizar a realidade da cidade, e também de dados primários, obtidos através do trabalho de campo. Os dados secundários foram originados do IBGE, da Prefeitura Municipal, do Jornal da Cidade, da Sabesp. Os dados primários obtidos via trabalho de campo, através de questionários planejados, aplicados nas ruas da cidade e escolas estaduais, serviram para identificar aspectos quantitativos e qualitativos da qualidade ambiental e de vida da população.

A escolha do tema da presente pesquisa decorreu da observação do cotidiano da cidade de Várzea Paulista, da curiosidade em conhecer o espaço urbano da cidade por ser recente moradora e perceber a insatisfação da população residente, e por apresentar espaços com traços de marginalidade, seja do ponto de vista social, econômico ou ambiental. Em decorrência disto, a qualidade de vida da população parecia insatisfatória. Estabelecemos então a identificação da qualidade ambiental e de vida da cidade de Várzea Paulista tendo como principal relação o adensamento urbano.

Os indicadores urbanos para avaliar a qualidade ambiental e de vida urbana contemplam elementos de infra-estrutura básica quando tratamos de parâmetros ambientais, como também, elementos relacionados diretamente ao bem estar do indivíduo (saúde, criminalidade e educação) quando tratamos de qualidade de vida.

A cidade se caracteriza por ser "cidade dormitório" em todos os sentidos, ou seja, cidade de passagem, a população não investe no município e o pouco que a Prefeitura arrecada é investido em projetos sem planejamento. Apresenta densidade demográfica elevadíssima e comprova a hipótese da relação existente entre adensamento urbano e queda na qualidade de ambiental e de vida na cidade.

Pôde-se constatar que a cidade tem sofrido pela concentração populacional que acaba definindo espaços com características marginais, como: população com baixo nível de escolaridade e renda; deficiência de infra-estrutura e serviços básicos (água encanada, esgoto, qualidade das águas...) gerando sérios problemas ambientais; inexistência de estrutura de lazer; escassa promoção social de seus habitantes; problemas sociais geradores de tensões internas; falta de integração na comunidade; pequena participação na tomada de decisões visando a resolver os problemas comuns; apatia frente às questões impostas; insatisfação em viver na cidade. Estes são os problemas que dificultam a própria integração com a cidade, produzindo no indivíduo e na coletividade falta de envolvimento, descrédito em si mesmo, insatisfação, etc.

Face a estas questões pode-se concluir que a população da cidade de Várzea Paulista de modo geral caracteriza-se por má qualidade ambiental e de vida, principalmente quando são consideradas as condições de infra-estrutura e saneamento básico, emprego, saúde, criminalidade e nível de escolaridade.

Atualmente, se o adensamento é possível ou não, parece não importar muito dentro da preocupação de obtenção de lucro a qualquer custo.

Desta maneira, para que a melhoria da qualidade de vida das populações que habitam os espaços urbanos aconteça é necessário que as administrações locais re-

conheçam a existência delas e assumam suas responsabilidades pelas mesmas; além disto, a tomada de consciência e a busca da real cidadania decorrem, em parte, da organização em associações de moradores e da atuação nelas de forma participativa e consciente, lutando-se por tudo aquilo que se deseja para ser feliz.

REFERÊNCIAS

AJARA, C. A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental . In: MESQUITA, Olindina Vianna et al (Org.). **Geografia e Questão Ambiental** . Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

BURTON, I. The Quality of the Environment: a Review. **The Geographical Review**, New York, v. 58, n.3, p. 472-481, 1968.

CAVALCANTI, R.N. **Mineração e desenvolvimento sustentável**: Casos da CVRD. 1996.217f. Tese (Doutorado) Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21. Brasília: Senado Federal/SSET, 1996.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

COSTA, H.S.M. Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos?. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Carlos, n.2, p.55-71, 2000.

COLBY, M.E. Environmental Management in Development: The Evolution of Paradigms. **World Bank Discussions Papers**, New York, n.80, p.52-93, 1990.

GALLOPIN, Gilberto. **Calidad de Vida y Necesidades Humanas**: Sistemas Ambientales Venezolanos .Caracas: [s.n.], 1982. (Proyecto Ven /79/001)

GUTMAN, P. **Población y Calidad de Vida**: sistemas ambientales venezolanos.Caracas: [s.n.], 1982. (Proyecto Ven /79/001)

JACOBI, P.; GRONSTEIN, D. M. **Cidades Sustentáveis** – Falta de planejamento urbano gera impactos socioambientais. São Paulo: Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamento Humanos. Disponível em: <<http://www.bsi.com.br/unilivre/centro/forum/cidad>>. Acesso em: 27 out. 2001.

LYNCH, K. **A cidade como meio ambiente**: cidades, a urbanização da humanidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 207-216.

MACEDO, R.K. A importância da avaliação ambiental . In: TAUKE, Sâmia Maria (Org.). **Análise Ambiental**: uma visão multidisciplinar . São Paulo: EDUNESP, 1991.

MALLMANN, M. et al. **Calidad de Vida y Necesidades Humanas**: sistemas ambientales venezolanos.Caracas: [s.n.], 1982. (Proyecto Ven /79/001).

MAZETTO, F. A. P. **Análise da Qualidade de Vida Urbana através do indicador saúde (doenças transmissíveis) o exemplo de Rio Claro – SP**. 1996. 219f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

OLIVEIRA, L. de **A percepção da qualidade ambiental**: ação do homem e a qualidade ambiental . Rio de Janeiro: ARGEO; Câmara Municipal, 1983.

ROCHA, A. A. Do lendário Anhembi ao poluído Tietê. São Paulo: Edusp, 1991. 75p.

SEN, A. Capacidad y Bienestar. In: NUSSBAUM, M. (Org.). **Calidad de Vida**. New York: [s.n.],1996. p. 55-79.

TROPPEMAYER, H. **Atlas da Qualidade Ambiental e de Vida de Rio Claro**. Rio Claro: Unesp/IGCE, 1992.

_____. **Biogeografia e Meio Ambiente**. Rio Claro: Edição do Autor, 1995. 258p.

TUAN, Yi-Fu. Environment and the Quality of Life. In: HAMMOND, K. et al (ed.). **Sourcebook on the Environment**. London: University of Chicago Press, 1978.

ULTRAMARI, C. **Da Viabilidade de um Desenvolvimento Sustentável para as Cidades**. São Paulo: Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamentos Humanos. Disponível em < <http://www.bsi.com.br/unilivre/centro/forum/viab>>. Acesso em 24 mar. 2000.

Recebido em dezembro de 2003

Aceito em janeiro de 2004